



PARA ALÉM DO SUFRAGISMO: ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IDEAL FEMINISTA CAPIXABA DOS ANOS 1920 – VITÓRIA/ES

Lívia de Azevedo Silveira Rangel¹

Quando se está diante de uma temática tão controversa como a que enreda o feminismo, marcada por múltiplos e profundos paradoxos, dificilmente se escapa à discussão dos direitos políticos das mulheres, por longo período assimilados à luta pela admissão feminina ao exercício do voto. Esta foi, de fato, a grande corrente de motivação que impeliu às mulheres a cogitarem o avanço por outras instâncias, consideradas tão urgentes quanto o sufrágio, sendo igualmente postulada a sua emancipação econômica, bem como a garantia por um acesso sem restrições à educação de nível secundário e superior, seguidas por ampla defesa de seus direitos civis, a começar pela afirmação de uma “personalidade civil completa, igual a do homem”, dentro ou fora do casamento, e pelo próprio questionamento da indissolubilidade dessa união.²

Encadeados, assim, direitos políticos, sociais e civis, estes apareceram imbricados, mesmo que nem sempre de maneira explícita, na pauta de campanha de uma luta muito mais larga do que aquela comumente atribuída às vertentes feministas do início do século XX, principalmente a vertente institucionalizada. Para esta, prevaleceu por um longo tempo limites de interpretação muito precisos, orientados pela ideia de que bastava às representantes deste feminismo bem-comportado a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, ficando outras questões à parte dos debates mais animados.³

Na contramão deste argumento encontra-se o posicionamento mais esclarecedor de Rachel Soihet, que procurou iluminar outros pontos de interferência e reflexão da líder deste movimento organizado, demonstrando o quanto Bertha Lutz se ocupou e se dedicou, seja na dianteira da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher ou à testa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a vários temas dentro da tônica das atividades femininas, inclusive àquelas relativas ao trabalho das mulheres pobres.⁴

¹ Mestranda em História Social das Relações Políticas pela UFES. Bolsista do Programa de Bolsas da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES). E-mail para contato: liviaasrangel@hotmail.com

² SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006, p. 91.

³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 14-15.

⁴ SOIHET, op. cit., p. 57.



Mesmo com a elucidação de um conjunto mais exigente e completo de reivindicações, as quais extrapolaram os intentos sufragistas adentrando no cerne de outros problemas sociais enfrentados pelas mulheres, como os da instrução, da oportunidade de emprego e os relativos aos seus papéis públicos e familiares, nenhum desses reclames, e subsequentes conquistas, foram imediatamente sucedidos por implementações no campo das políticas públicas, até pelo menos a década de 1930. Muito pelo contrário, os últimos dez anos da Primeira República, extremamente significativos para a ação e o discurso mais sistematizado das feministas, foram insuficientes, e poder-se-ia mesmo dizer incompetentes, no planejamento e sustentação de políticas sociais reformuladoras das disparidades de gênero, mantendo inalteradas leis que só faziam reforçar as desigualdades entre os sexos.

Com efeito, nem as emendas pugnadas para a Carta Constitucional de 1891, consagrando direitos políticos às mulheres, obtiveram um parecer favorável nos 40 anos seguintes, nem o Código Civil em vigor desde 1916 sofreu quaisquer alterações no que se refere às limitações impostas as mulheres casadas, ficando na mesma situação o Código Penal com relação aos dispositivos que instituíam tratamento distinto para homens e mulheres em caso de adultério e prostituição, sendo este atavismo o principal motivo para que não se calassem, frente às evidentes discriminações, as mulheres que questionavam, senão “a definição básica da esfera de interesses da mulher como girando em torno do lar, da família e de assuntos relativos à educação, à saúde e ao bem-estar”,⁵ ao menos a redução de suas capacidades a estes redutos, podendo suas qualidades, enquanto mãe e zeladora moral do lar, serem aplicadas com êxito no exercício das funções profissionais públicas a elas designadas e permitidas.

Promotoras de um feminismo mais individualizado, porém atento às discussões norteadas pelo movimento associativo e bem relacionado de Bertha Lutz, as mulheres intelectuais capixabas também desempenharam o seu poder de persuasão para produzirem discursos reflexivos acerca das concepções feministas, versando principalmente sobre três temas: o sufrágio, a educação e o trabalho feminino, a mesma tríade adotada pela FBPF para concentrar seu empenho reformista. No entanto, o que elas buscavam articular em seus artigos era menos um discurso de mobilização e militância do que uma forma de expressar suas opiniões críticas acerca do que estava sendo feito fora de seu raio de ação por outras feministas, líderes deste movimento para o qual sempre tinham um julgamento a oferecer.

⁵ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 114.



Como muitos dos discursos produzidos por feministas ou por mulheres que especulavam sobre o feminismo no início do século XX, sobressaía nos escritos das capixabas o mesmo indicativo de ambiguidade que pontuava a prática discursiva das principais arguidoras do movimento, dificultando para qualquer um que se dispusesse a analisá-los definir até onde vai o feminismo e começa o antifeminismo. Para Susan Besse, essa é uma característica que indica que, na verdade, eles não existiram em estrita oposição, mas sim num perfeito contínuo.⁶ Desse modo, as contradições presentes nos discursos feministas perdem o seu caráter desconexo e incoerente, deixando de serem vistos como produtos das próprias confusões feministas, e passam à compreensão de que uma das estratégias feministas residia exatamente nessa habilidade de

[...] farejar e explorar ambiguidades nos conceitos fundamentais da filosofia, da política e do senso comum [emitindo um] posicionamento discursivo que não só se situava dentro de uma contradição, mas ainda era *de per se* contraditório [...], sou seja, viam-nos não como certezas científicas e morais, mas como tentativas ambíguas e duvidosas de impor ordem na organização social humana. [...] Por isso, recusavam-se a aceitar a “natureza” como um fator que explicasse a discriminação da mulher.⁷

Recusa e aceitação, estratégia e consentimento, foram estes os mecanismos que marcaram a trajetória das adeptas do feminismo conciliador, e mesmo das manifestantes mais radicais, frente ao tipo de relação de gênero que o patriarcalismo engendrava naquele momento.

Para se ter uma ideia de como estas medidas foram aplicadas nos projetos de ação feminista, impõe-se o exemplo dos objetivos gerais traçados pelas representantes da FBPF,⁸ por ocasião da redação de seu primeiro estatuto. Nele prevaleceu um intento muito particular, norteado pelo princípio de que era indispensável, para se alcançar resultados, apartar os conflitos entre os papéis públicos e privados das mulheres, visando torná-las “donas-de-casa [tão] competentes, [quanto] agentes competentes na vida pública”.⁹ Tal postura, longe de ser calculada como um indício de fragilidade, de inconsistência política, de incapacidade de atingir à consciência de gênero, deve ser observada “como uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder”, convencidos de que uma luta aberta por seus objetivos seria facilmente obstruída pelas prerrogativas dominantes do seu momento histórico. Daí esse esforço de inteligibilidade que passa a cercar, por exemplo, o uso da imagem canonizada da maternidade pelas feministas, pois se, de um lado, elas demonstraram “aceitar certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente,

⁶ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

⁷ SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, pp. 39-40.

⁸ Associação feminista de maior prestígio no Brasil, inaugurada em 1922 por Bertha Lutz, fonte de onde as mulheres capixabas extraíam a maior parte de suas referências e opiniões sobre o tema.

⁹ BESSE, op. cit., p. 183.



de outro, [buscaram] sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma”.¹⁰

Este tipo de estratagemas é igualmente identificável no discurso feminista das mulheres intelectuais capixabas. Qualquer que seja o tema em discussão, a crítica ensejada ou a proposta em evidência nos artigos que publicavam na imprensa local, o que salta imediatamente aos olhos é a costura, a combinação de elementos aparentemente incombináveis, que reforçam, ao mesmo tempo que atenuam, o deslocamento realizado em direção a uma aceitação cada vez mais voluntária da sua presença nos circuitos públicos de atividade.

Neste quesito, o voto nem sempre alcançou o consenso, não sendo, em todas as circunstâncias, compreendido como um aliado eficiente na luta objetiva da emancipação da mulher, bastante intrincada, na concepção de várias mulheres, inclusive na de Bertha Lutz, à inadiável tarefa de impulsionar a parcela feminina da população a manter-se por meio de sua própria subsistência, por esforço de seu próprio trabalho, o qual deveria ser regulamentado de acordo com as disposições legais de um direito que equiparasse socialmente os sexos. Apesar de opinarem positivamente a respeito da necessidade de implementação dessas políticas sociais, não havia, por parte das intelectuais capixabas, uma visão muito clara de como poderiam investir nesse tipo de intervenção, nem mesmo retoricamente.

Ausente de seus discursos, o termo “políticas públicas” poderia ser encontrado na forma de algum outro sinônimo, mas não como um recurso objetivamente capaz de responder “as necessidades, interesses e demandas dos grupos sociais, política e economicamente mais fracos”.¹¹ Além do que, muitas delas estavam alojadas na mística positivista de que às mulheres cabia o papel essencial de modeladoras dos futuros cidadãos, sendo o lar a sua oficina e a família a sua matéria-prima. Por isso, ignorando estas a sua inferioridade perante o elemento masculino na sociedade, e sem a consciência de sua submissão, não poderia ser despertado ensejo de mudança.

Essa era uma vertente mais cômoda, geralmente produtora de um discurso antifeminista. Mas, mesmo aquelas que afirmavam a importância de superação das formas tradicionais de coexistência masculina e feminina, não conseguiram sistematizar ações propositivas, ficando concentradas, por intermédio das páginas da revista *Vida Capixaba*,¹² menos na ocupação de

¹⁰ SOIHET, op. cit., p. 98.

¹¹ COELHO, Clair Castilhos. “Gênero e políticas públicas”. In: Silva, Alcione Leite da; Lago, Mara Coelho de Souza; Ramos, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 154.

¹² Órgão ilustrado quinzenal que começou a circular no Espírito Santo no ano de 1923, considerado um dos veículos da imprensa que mais viabilizou a palavra feminina, fonte da qual se puderam extrair alguns artigos para este trabalho.



demandar políticas públicas, do que na de refletir sobre as propostas matizadas por outras representantes.

Havia um longo caminho a percorrer nessa direção, o qual fora naturalmente precedido de um tatear muito cuidadoso, ainda instável, de mulheres confiantes, mas desarticuladas quanto à reunião de esforços para afiançar amplas conquistas. Lydia Besouchet, Guilly Furtado Bandeira, Hersila Valverde e Carolina Pickler são nomes de mulheres capixabas que perfizeram e recriaram a sua própria rota do feminismo, tornando públicas suas inferências sobre o que era pensado a propósito da educação, do trabalho e da cidadania.

Este processo de reelaboração é particularmente fértil, já que, ao trabalhar com a recepção desses discursos feministas, no contexto de Vitória, cria-se à oportunidade de se construir uma noção riquíssima de contato, de intercâmbio, de produções similares, mas ressignificantes, que não apenas reproduzem, mas refletem, selecionam, aprofundam ou ignoram certos anseios de conquista.

Uma história local do feminismo: o caso capixaba

Desfazer uma interpretação generalizante, que se pretende axiomática, equivale não só a sustentar que a expressão “O feminismo no Brasil”, pronunciada em sua forma mais genérica, é equívoca e por demais dilatada, como também que o eixo Rio-São Paulo, por maior valor que possa conter para a construção da história brasileira, já não contempla, não abarca, não satisfaz e, assim, não pode representar, como um modelo infalível e lógico, todas as impressões de realidade que compuseram os diversos contextos regionais daquela época. Não sendo mais compreensível contar a história do feminismo partindo do pressuposto de que há uma história homogênea, completa, de conquistas e avanços coincidentes para os quatro cantos da extensão nacional.¹³

Assimilar este ponto de vista é o primeiro passo para se pensar a história do feminismo por meio de uma nova abordagem, a qual tonifica o recorte regional como um espaço de análise por excelência, cruzando-o com outros contextos, mais amplos e limítrofes, sem precisar com isso

¹³ Como o fizeram as brasilianistas June Hahner e Susan Besse, que se não abordaram o tema por meio de um sistema fechado, em que vigorava os elementos feministas carioca e paulista, como se estes, inevitavelmente, tivessem atingido “em ondas sucessivas” o restante do país, também não se preocuparam em apontar e esclarecer, o mínimo que fosse, o quão específico e particular era a própria história que estava sendo contada, não apenas em comparação ao contexto internacional, mas frente às próprias discrepâncias e disparidades internas. Os trabalhos aqui referidos, embora tendam a uma generalização, não perdem o seu aspecto inaugural e elucidativo. Dentre outros, destaca-se: *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* e *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*, ambos de autoria da pesquisadora June Hahner; e o livro de Susan Besse, *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*.



abandonar a busca pelas singularidades que engendraram as áreas urbanas periféricas, que passam, neste momento, a serem consideradas espaços dinâmicos.¹⁴

Dentro desta perspectiva, o Espírito Santo emerge como um dos estados brasileiros que franquearam uma notável participação feminina no que diz respeito aos debates, experiências, práticas e discursos feministas em marcha nas primeiras décadas do século XX, como se pretendeu reforçar até aqui. A relevância, portanto, de se constatar tal desempenho está inscrita exatamente no confronto com a história de outras regiões, entre as quais algumas se destacam pela pouca ou nenhuma influência exercida pelos movimentos feministas em ampla pulsação nos grandes centros. Nestas localidades, geralmente núcleos urbanos de contribuição econômica pouco significativa para o país, o feminismo não enraizou qualquer modificação estrutural na concepção dos papéis normativos assumidos por homens e mulheres, além de muito raramente terem experimentado a organização feminina, por mínima e efêmera que fosse, em prol da emancipação de seu sexo.

Um caso exemplar é o de Desterro/Florianópolis, estudado por Joana Maria Pedro. Em seu estudo, a pesquisadora constata que “nem as primeiras, nem as segundas ou terceiras manifestações das mulheres feministas no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, fizeram eco”¹⁵ entre os habitantes da Capital de Santa Catarina, que se mantiveram atrelados as imagens que reproduziam e defendiam como legítimas as funções de esposa, mãe e dona de casa das mulheres, que deveriam ser perpetuadas como lugares sociais únicos e exclusivos para a sua condição de segundo sexo, isso contra todos os argumentos favoráveis à igualdade, ou ao menos a atenuação das desigualdades de gênero, que se acumulavam no histórico das reivindicações feministas daqui e de além mar.

Esta conjuntura reticente e mesmo de asfixia que caracterizou a recepção dos projetos e das aspirações feministas na história das mulheres de Desterro/Florianópolis, entre os anos de 1880 e 1923, pouco se assemelha à conjuntura da capital espírito-santense, ligada aos mesmos conteúdos, táticas e facetas da luta feminista.

De fato, por falta de uma bibliografia mais aprofundada sobre o tema do feminismo no contexto capixaba do século XIX, não há como sistematizar um quadro comparativo que siga percursos idênticos àqueles atravessados pela autora supracitada, nem ao menos para verificar se houve no Espírito Santo, mais especificamente em Vitória, neste período de quase 40 anos abordado por Joana Maria Pedro, alguma atuação feminina que pudesse ser classificada como de caráter feminista. Mas, também não é plausível simplesmente asseverar que, na segunda metade do século

¹⁴ REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* Disponível em: <http://historialocal.com.br>. Acesso em 27.01.2010.

¹⁵ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998, p. 92.



XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, Vitória esteve alheia aos sinais do pensamento e das atividades feministas.

Se for levada em consideração uma construção conceitual que interpreta o *feminismo* em seu sentido mais amplo, caracterizado

[...] pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. [Sendo] os pontos de vista e as iniciativas válidos não porque se originem de uma ordenação central, [...] mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres.¹⁶

estas arbitrariedades se tornam ainda mais vulneráveis e questionáveis, dando vez a uma série de práticas inventivas, talhadas no bojo das próprias normas e convenções masculinas, que esboçaram todo um jogo de apropriações femininas geradoras de desvios e manipulações, as quais puderam fortalecer, por meio da reutilização da linguagem da dominação, o próprio processo, invisível ou escancarado, da insubmissão.¹⁷

Tantas possibilidades de análise se abrem com estas prerrogativas que uma abordagem do ideal feminista capixaba dos anos 1920 se faz mais produtivo por intermédio dessa imagem caleidoscópica, por onde se espraiam e se convergem as mais variadas formas de adesão e de militância feminina. Se, a princípio, ainda no século XIX, o feito que mais caracterizou a aproximação das mulheres capixabas ao teor feminista esteve ancorado à forma como essas mulheres se valeram da literatura como ponte de superação de seus receios e consequente avanço em direção a esferas antes cerceadas à sua participação; num segundo momento, outro aspecto obteve relevo, marcado tanto pela intensificação deste diálogo, com a interiorização mais explícita e consciente da perspectiva feminista na prática literária das escritoras espírito-santenses, quanto pelo registro cada vez mais denso e frequente da inclusão feminina no mercado de trabalho e nos cursos profissionalizantes e superiores.

Essa nova paisagem, a paisagem da década de 1920, que implantou importantes transformações na fisionomia urbana e nas próprias relações sociais de gênero, fundando um novo modelo de família e de laços patriarcais, propiciou às mulheres capixabas, assim como a maioria das mulheres pertencentes às famílias urbanas de elite, vivenciarem uma verdadeira revolução nos costumes: elas saltaram assim da condição de produtoras dos meios domésticos de sobrevivência para a de consumidoras de bens industrializados.¹⁸

¹⁶ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007, pp. 8-9.

¹⁷ CHARTIER, Roger. "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas". In: *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, jan. 1994, p. 109.

¹⁸ BESSE, op. cit., p. 22.



Tal metamorfose não poderia vir desacompanhada de uma maior segurança feminina frente aos novos desafios da vida moderna, dentre os quais o feminismo, que por mais moderado, sutil e comedido que fosse em suas manifestações e projetos, inevitavelmente desacomodava, subvertia e punha em questão os princípios fiéis à retórica biológica, encobrando as relações de poder sob o véu do essencialismo, sendo que, em verdade, essas são formas histórica, linguística e culturalmente construídas de dominação.¹⁹

Os limites do voto e a demanda por políticas públicas

Estando as mulheres intelectuais capixabas distantes desta tão sofisticada formulação teórica, que vê o *gênero* como o primeiro campo de articulação do poder,²⁰ estava longe de seu domínio, naquele período histórico, reclamar o desaparecimento das fronteiras biológicas que, em última instância, permitiriam a homens e mulheres coadunarem seus interesses numa sociedade ideal, mas apenas que estes atributos fossem usados como justificativas para as exclusões arbitrárias ocorridas nas arenas do mercado de trabalho, da educação e do sistema político. Do que elas não se conformavam era com a ideia artificial de inferioridade que conservou sempre em situação passiva e subalterna a mulher. Segundo Carolina Pickler, professora e pedagoga capixaba, a todo o momento deveria ser lembrada a nobre posição assumida pela escola positiva inglesa, que se envaidecia de tratar somente das diferenças entre homens e mulheres, nunca das superioridades ou inferioridades biológicas, fisiológicas ou mentais. E acrescenta

O aperfeiçoamento humano não poderá tomar uma marcha decisiva, se não houver um accordo e harmonia entre os dois sexos, se não houver entre elles entendimento completo para a associação das ideas em commum, fortalecidos na mesma fé e ao impulso unisono de suas energias diferentes, mas amalgamadas. Quando homem e mulher caminharem de mãos dadas conscios de seus deveres e de sua peculiar missão... [...] sómente então começará a ser conhecida a mais ineffavel e duradoura felicidade [...].²¹

É bastante provável que fosse este um recurso consciente utilizado pela autora para evitar censuras e ataques hostis a sua argumentação, desenvolvendo uma importante habilidade diplomática para conseguir aliados, utilizando-se de estereótipos “como as mais eficientes justificativas para a entrada das mulheres em novas áreas de participação social e política”.²² No entanto, a proposta de ação que Carolina Pickler designa de *Feminismo racional*, esbarra menos na questão do voto do que na necessidade de instruir a mulher para as exigências da vida moderna.

¹⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

²⁰ *Ibidem*; p. 16.

²¹ PICKLER, Carolina. “Feminismo Ideal e Sadio”. In: *Revista Vida Capixaba*, 1928: n. 138.

²² BESSE, op. cit., p. 197.



De acordo com o que formula, quatro elementos deveriam ser essenciais na admissão de um novo método para a educação feminina: “a noção exacta de religião”, a noção racional e honrada do “Trabalho”, a noção de liberdade e a noção de responsabilidade, “para obstar que a liberdade venha constituir um verdadeiro desastre”. Não é, portanto, o sufrágio que estampa a *sua* bandeira de campanha, como era o caso da maioria das feministas adeptas do discurso moderado de Bertha Lutz, mas sim a reforma radical da educação feminina, pela qual se empenha no decorrer de suas atividades profissionais, escrevendo uma dissertação intitulada “Escolas maternas” que foi publicada de maneira fracionada nas edições da *Vida Capichaba*.

De uma determinada distância histórica, pode-se afirmar que a luta pelos direitos políticos das mulheres não se constituíram numa luta inglória, e seria mesmo completamente descabido assumir uma posição desta natureza nos dias atuais, mas tal dedução não deve causar estranhamento se advinda de uma reflexão contemporânea dessas conquistas. Neste contexto, os limites do voto pareciam sobressalentes a uma opinião que considerasse a obtenção deste direito “uma resolução de cima para baixo”, e não uma consequência de outros direitos conquistados, como pondera Lydia Besouchet:

A mulher brasileira depois de ganhar graciosamente aquilo que custa, ás suas companheiras dos outros paizes annos de lucta continua está sem saber o que faça de tão lindo brinquedo... E resumindo tudo que se pensa por ahí a este respeito, protesta a leader do feminismo no Brasil, a senhora Berta Lutz: “não se diga que é uma victoria precoce, a concessão do voto feminino”...²³

Prematura ou tardiamente, o que a história do feminismo demonstra é que, sem a conquista dos direitos políticos femininos, dificilmente teria sido formulado com tanto fôlego o conjunto de políticas públicas que entraram na pauta de discussão da Assembléia Constituinte de 1933. Pois, caso tivesse sido abortada, mais uma vez, a participação oficial das mulheres nas decisões governamentais, todos as reivindicações teriam se esvaziado pela falta de realizações concretas.²⁴

Bibliografia

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BESOUCHET, Lydia. “Feminismo”. In: Revista *Vida Capichaba*, 1932: n. 312.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

²³ BESOUCHET, Lydia. “Feminismo”. In: Revista *Vida Capichaba*, 1932: n. 312.

²⁴ COELHO, op. cit., p. 151.



CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In: *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, jan. 1994, pp. 97-113.

COELHO, Clair Castilhos. “Gênero e políticas públicas”. In: Silva, Alcione Leite da; Lago, Mara Coelho de Souza; Ramos, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 147-159.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PICKLER, Carolina. “Feminismo Ideal e Sadio”. In: *Revista Vida Capichaba*, 1928: n. 138.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* Disponível em: <http://historialocal.com.br>. Acesso em 27.01.2010.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.